

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JAIME CORTESÃO (1884 – 1960)

Em homenagem ao centenário do grande historiador luso-brasileiro Jaime Cortesão, transcorrido em abril do corrente ano, a presente seção, em vez de simples nota, geralmente de nossa autoria, conterà a transcrição de dois artigos – de Hélio Damante e de João Alves das Neves – publicados no suplemento **Cultura**, de “O Estado de S. Paulo”, do dia 29 de abril. Apenas se acrescenta uma bibliografia do autor, na área que interessa aos estudos históricos.

JAIME CORTESÃO, O HISTORIADOR DE DOIS POVOS

Hélio Damante

Não sei por onde começar um artigo sobre meu velho e querido mestre Jaime Cortesão, no feliz centenário de seu nascimento, entre as vinhas de Ançã, no litoral da Beira. Faço-o com saudade e ternura, revivendo uma cena que se não me apagou da memória, 30 anos passados. Foi em 1954, no alto da Serra do Mar. Vejo-o postado, longas barbas ao vento, sua elevada estatura como que recortada na cordilheira. Fizera deter-se ali, quase no topo da Via Anchieta, o carro de praça a serviço da Comissão do IV Centenário que nos levava a Santos a desembarçar na Alfândega documentos vindos para a Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil, ambas gêmeas.

Detivemo-nos, Cortesão, sua esposa, dona Maria Carolina Ferreira Zuzarte Cortesão, que vive e reside em Lisboa, o motorista e eu. Lá embaixo brilhavam ao sol o mar, as ilhas, os mangues, canais, pontes e cidades da Baixada, ainda não poluída. E o mestre não se conteve. Num gesto largo, abarcando o horizonte, disse solenemente com seu forte sotaque lusitano:

– Olhem o “lagamare” santista !

O lagamar santista ! Vocês sabem o que isto significa em termos de perspectiva histórica e de predestinação geográfica ? Significa os navegantes e seu imenso lastro de civilização ocidental e cristã (não tenhamos vergonha de dizê-lo, agora que essas palavras se tornaram pejorativas). Significa as trilhas indígenas, as primeiras entradas e

engenheiros, os missionários, os cruzamentos raciais, que logo o sangue negro pigmentaria para sempre, os piratas oficiais da Inglaterra e da Holanda, a imigração estrangeira e a consumação do destino de São Paulo como capital geográfica do Brasil.

A capital geográfica ! Ponto de intercessão, a cidade, com os rios que dão as costas para o mar e serviram de caminhos e roteiros para a epopéia, irradiada também de outros pontos da terra recém-descoberta, de devassar um mundo, virgem e edênico, em sua nudez original e pura e de povoá-lo.

Mas o que ficava atrás, a unir, numa só cultura universal, os dois hemisférios ? Ficava toda a nossa herança espiritual, política e social a embeber-se na Idade Média, com seus doutores, frades mendicantes, universidades, peregrinos e cruzados cruzando pela estrada sideral do caminho de Santiago (de Compostella). E as técnicas da navegação com o uso do astrolábio aprendidas dos árabes.

Jaime Cortesão foi o historiador moderno, talvez o maior dentre os historiadores de língua portuguesa deste século, sem nos esquecermos de João Lúcio de Azevedo, Serafim Leite, Capistrano, Calógeras e Taunay, aos quais se pode classificar, sem medo de errar, de luso-brasileiros. Devassou, por assim dizer, a psicologia das descobertas, das bandeiras e dos tratados de limites. Pois bem. Ele nos ensinava, aos seus assessores diretos (Mário Neme, Ernani Silva Bruno e eu), à equipe plurinacional de artistas plásticos incumbidos da decoração e às jovens universitárias que se preparavam para servir de monitoras da Exposição, que o mundo, antes de ser Geografia, é uma Cosmografia.

— Se os senhores um dia forem a terras distantes, não se deixem embair pelo circundante. **Olhem também para o céu**, para as constelações desconhecidas dos senhores.

Os navegantes, ensinava ainda, não descobriram apenas novos mares e novos mundos, mas também um novo céu. O que sabe uma das passagens do Apocalipse de João: um novo céu, uma nova terra (21,1), pórtico da nova Jerusalém incorruptível. Pude comprová-lo, um dia, em noite de luar, oito mil pés sobre La Paz, cidade que não conheço, mas se me gravou indelevelmente. Da janelinha do avião, a cidade, tal um vulcão andino, era um clarão incendiado em luminárias de néon. No céu meridional, em longitudes também desconhecidas, brilhavam as constelações. E as dominava, quase ao alcance das mãos, o Cruzeiro do Sul, fanal-farol do céu austral, a guiar os navegantes para um mundo novo, que mais civilizaram do que colonizaram. Onde, aliás, se cruzaram principalmente, os portugueses com os indígenas e escravos africanos, gerando — pelo menos isso — as nossas democracias raciais. É o testemunho insuspeito de um ariano, como Emil Ludwig e de um britânico sabedor de História, como Arnold J. Toynbee, para não falarmos dos latino-americanos, como Octavio Paz.

Médico formado em Lisboa e com rápida passagem pela clínica no Porto, depois de haver cursado Coimbra, fez todas as faculdades nas três universidades portuguesas. Poeta, o poeta da saudade portuguesa e do saudosismo, no bom sentido; ensaísta, crítico, teatrólogo, historiador e cartógrafo, ciência que se revelaria, com Armando Cortesão, um patrimônio da família, só se poderia dimensionar sua cultura chamando-a de universal.

Exilado no Brasil na década de 40, por sua visceral incompatibilidade com o salazarismo, que combateu desde o golpe de 1926, pórtico da ditadura, combatera antes na Primeira Guerra Mundial (e foi atingido pelo gás de mostarda), era o homem indicado para organizar a Exposição de História do IV Centenário de São Paulo, apesar dos ciúmes rondando e dos orçamentos apertados. E bem me lembro de Jânio Quadros, o nosso Demóstenes de palanque, candidato a prefeito, malhando nos comícios a Comissão do IV Centenário e a construção, digamos assim, porque era um matagal selvagem, do Parque Ibirapuera. Tudo isso custou 600 milhões de cruzeiros velhos, mas o candidato já vitorioso queria que revertissem em guias e sarjetas na periferia. E o povo aplaudia.

O simples anúncio da Exposição e do nome de seu organizador desencadeou uma tempestade em São Paulo. As várias correntes da historiografia paulista investiam não contra ele, mas contra seus critérios, aliás, objetivos e enxutos. Voltou-se ao tempo em que portugueses e castelhanos, Pires e Camargos, se digladiavam em Piratininga.

Dessa guerra incruenta resultaram contribuições positivas para clarear capítulos fundamentais da História de São Paulo e das Bandeiras. Ao fim, e ao cabo, anos depois, liquidou-se com o mito de Anchieta (espanhol), mas apenas um noviço de 20 anos na época, fundador de São Paulo, em favor do padre Manuel da Nóbrega e de Mem de Sá, portugueses, os “estadistas” da fundação, delegada, porém, ao padre Manuel de Paiva, primo de João Ramalho. A História tarda, mas não falha. Toda uma copiosa literatura se produziu ao redor, reunindo partidários de Nóbrega ou de Anchieta e a via intermediária de “obra coletiva”, defendida por Mário Neme em **Notas de Revisão da História de São Paulo** (1959). Uma réplica erudita ao seu clássico **A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil** (1955).

Era preciso atender a todos, sem imolar a verdade histórica no altar dos regionalismos ou de um lusitanismo extremado, por exemplo, o de meu amigo de duas gerações: Tito Lívio Ferreira. Bem me lembro dos cuidados de Ciccillo Matarazzo, presidente da Comissão, depois sucedido por Guilherme de Almeida, para que nada de notório fosse esquecido. E como ele se dirigia a nós, curvados sobre o trabalho, para que não nos esquecêssemos do bispo Sardinha ! O bom Ciccillo embaralhava as coisas e dizia, talvez gozando-nos:

– Não se esqueçam do bispo Lambari !

A Exposição se fez, apesar da grave crise política, a mais grave de todas que já se abateram sobre o Brasil daquele trágico 1954. Em princípios de 1955 foi inaugurada no pavilhão redondo do Parque Ibirapuera, depois Pavilhão Lucas Nogueira Garcez. Dividida em sete seções que se desdobravam cronologicamente em painéis e vitrinas, peçados de livros e documentos, começava com a cultura do Renascimento, as navegações e o original da carta de Caminha, para culminar com a Semana de Arte Moderna, atravessando o bandeirismo, a Independência, o café e as ferrovias. Nem se esqueceram o índio e o comum do povo. Tanto assim que do remanescente da Exposição de História surgiu o atual Museu do Folclore.

Um grupo de artistas plásticos, entre os quais se contavam Tarsila, Di Cavalcanti, Clóvis Graciano, o jovem Ademir Martins, Fernando Lemos e Artur Jorge, fez da Exposição, menina dos olhos do professor Jaime Cortesão, uma História “ao vivo”. Chefiava a equipe o grande pintor Manuel da Lapa, português como os dois últimos citados, falecido há algum tempo em Lisboa. Deve-lhe a cidade uma homenagem. É seu o painel do saguão da Prefeitura, que mostra a partida das naus do Restelo. O outro painel é do grande Di Cavalcanti. Artur Jorge e Fernando Lemos radicaram-se aqui, constituindo família nascida de romances entabulados na Exposição.

Entre os documentos, fortemente protegido, estava o original da carta de Caminha, certidão de idade, de batismo e de registro civil do Brasil, além de cópia autêntica do Tratado de Tordesilhas, cujo meridiano imaginário os bandeirantes distenderam em arco. Procediam diretamente dos arquivos europeus, entre os quais o de Simancas (Valladolid), o Arquivo das Índias de Castela; da Biblioteca de Paris, do Vaticano, do Arquivo Nacional, do Itamarati, dos IHGs Brasileiro e de São Paulo etc. De tudo isso restou um catálogo datilografado, fortemente descritivo e documentado, de que guardo avaramente uma cópia. Tão avaramente que não a encontrei para escrever este artigo, mas não está perdida.

A Exposição, enquanto não se edite o catálogo, resta episódica, convenhamos. A obra de Jaime Cortesão culmina, na verdade, com a publicação, iniciada em 1952, pela Imprensa Nacional, dos oito volumes do seu monumental **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, comemorativa do bicentenário do estadista brasileiro da corte de D. João V, por ele minuciosamente descrita.

Trabalho de equipe, como fazia ele questão de acentuar, reúne milhares de documentos, centenas de mapas e ilustrações, na maioria inéditos. E, com ele, o Itamarati e o Instituto Rio Branco ergueram o monumento que o Brasil devia ao grande santista. Já agora vislumbro outro

motivo por que os olhos do velho mestre rebrilhavam a cada vez que descortinavam o “lagamare” santista. Tudo incluindo muitos trabalhos também inéditos, por vezes totalmente desconhecidos, do próprio Gusmão; as negociações secretas do Tratado e sua consumação, a definirem a “base geográfica, orgânica e viável” do Estado brasileiro, a sua feição territorial inconfundível e definitiva, em face de seus vizinhos hispano-americanos.

Cortesão navegava nessas águas como um marinheiro da Escola de Sagres, para iluminar todo um quadro da História da América, sublinhar o feito das bandeiras no recuo do meridiano e do personagem chave-mestre da diplomacia brasileira: Alexandre de Gusmão.

Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, com suas milhares de páginas, mapas e fac-símiles, só pôde ser publicado graças ao empenho pessoal do presidente Getúlio Vargas, em seu segundo mandato constitucional, tragicamente interrompido. Homem de fronteira, crescido entre os entreveros com os caudilhos platinos – caudilho contra caudilho –, de que participaram seus ancestrais e seu próprio pai, general Manuel do Nascimento Vargas, veterano do Paraguai, o então presidente teria tido sensibilidade específica para o quê, eufemisticamente, passou à História como a demarcação de limites com o Vice-Reinado do Rio da Prata. Cortesão, com a integridade intelectual que lhe era própria, o registra no prólogo, ao fazer os agradecimentos de praxe, desde o chefe de Estado às secretárias e datilógrafas do Ministério, passando por um grupo brilhante de diplomatas-historiadores, entre os quais Hélio Lobo. Onde cabe lembrar, como braço direito, o professor Agostinho da Silva, seu genro português. Outra sua filha foi esposa do poeta Murilo Mendes. Pedro Nava, em **O Círio Perfeito**, seu mais recente livro de memórias, menciona, com carinho, o casal, mas não o sábio sogro do poeta e como tudo começou... no Itamarati.

A publicação dos documentos da Coleção De Angelis foi o último serviço de Jaime Cortesão no Brasil antes de voltar para sempre a Portugal, em 1957.

Jaime Cortesão publicou neste jornal (“O Estado de S. Paulo”) centenas de artigos e grande parte de seus livros ainda inéditos sobre Antônio Raposo Tavares e os bandeirantes no Guaíra e no Itatim. Estreita amizade o ligava a Júlio de Mesquita Filho, também historiador, note-se de passagem (traço menos conhecido de sua personalidade), dotados, ambos, do mesmo pendor liberal. O jovem Cortesão, republicano embora, não gostara da queda da monarquia em Portugal, e Mesquita, em página notável, fez demolidora crítica à República no Brasil. Mas não foram sebastianistas, antes desiludidos de seus sonhos. Ambos pagaram o preço que se paga nas lutas pela liberdade.

Cortesão, como o jornalista seu amigo, registra várias prisões, já antes do salazarismo. Em 1958, aos 74 anos, é preso pela última vez, em Portugal, ao lado de Antônio Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes, todos como ele septuagenários. Foi o clamor da imprensa e da inteligência brasileira, a incluir Gustavo Coração, que os libertou em questão de dias. Morreu na sua querida Lisboa a 14 de agosto de 1960. Foi inumado no cemitério dos Prazeres (de Nossa Senhora dos Prazeres), amortalhado no hábito de São Francisco, pois no franciscanismo via a santificação da Terra e uma das motivações profundas dos descobrimentos, empreitada missionária e sacral, está provado. “O franciscanismo, costumava dizer, tem para mim um grande poder de atração moral, pela ampla generosidade humana dessa Ordem, que quis divinizar a Terra, e pelo seu papel nos descobrimentos”. Sua obra seguiu e segue, postumamente, como se vivo fosse para sempre.

Agora não sei como terminar este artigo. Talvez uma frase de seu livro ainda da mocidade, **O Humanismo Universalista dos Portugueses** (Portugália Editora), defina, no paralelo que traça entre Camões e Cervantes, o imenso legado de Jaime Cortesão à historiografia dos dois mundos da mesma fala: “A epopéia de Camões não foi um epitáfio, mas um testamento”.

*

A CONSTANTE COLABORAÇÃO DE JAIME CORTESÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA

João Alves das Neves

Através de livros e de centenas de artigos na imprensa, o historiador Jaime Cortesão deu às pesquisas sobre o passado do Brasil – para que melhor se compreendesse o presente e se pudesse projetar o futuro – uma contribuição decisiva e singular, conforme documentou expressivamente a Exposição da História de São Paulo, no decurso das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade, em 1954.

A obra completa do autor da **Introdução à História das Bandeiras** vai ser finalmente publicada pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, segundo nos informaram recentemente em Lisboa, juntando-se deste modo aos lançamentos das editoras Portugália e Horizonte. E somará trinta volumes, embora não saibamos se vai englobar toda a colaboração dispersa pelos inúmeros jornais e revistas em que Jaime Cortesão colaborou, quer do Brasil, quer de Portugal, Angola, Moçambique e de outros países.